



Comunicados de imprensa
Julho 2018

Coligação PSD/CDS duplica gastos e tenta esconder assunto à oposição

Coligação PSD/CDS duplica gastos e tenta esconder assunto à oposição

Em declarações ao Correio do Minho, publicadas na edição de segunda-feira, dia 16 do corrente, a vereadora da Cultura considerou, totalmente a despropósito, que as questões colocadas em sede de executivo camarário pelos eleitos do PS constituem um “não assunto”.

Ficamos assim a saber que para a eleita do CDS apenas os vereadores da coligação de direita podem exercer o mandato em toda a sua plenitude, isto é, fazendo uso de todas as prerrogativas que o voto popular e a lei confere aos eleitos. Estranho conceito de democracia, este, que pretende segregar colegas do executivo, alguns dos quais, curiosamente, foram eleitos com maior número de votos do que a autora da diatribe.

Convém que a vereadora Lídia Dias e a coligação de direita se capacitem de uma vez por todas que os onze eleitos que integram o executivo camarário têm direitos e deveres iguais. A diferença, substantiva, tem a ver apenas com o facto de alguns vereadores exercerem as funções a tempo inteiro, naturalmente cobrando pelo seu trabalho e portanto com maiores responsabilidades, perante a sociedade e a lei.

Acentuar que “há agentes culturais na cidade capazes e competentes que não foram tidos nem achados” e a quem foi passado “um atestado de menoridade” na elaboração do programa cultural da Feira do Livro, conforme o fez o vereador Artur Feio no exercício do seu direito, será para Lídia Dias um “não assunto”.

Convém que percebam que o PS não colocou em causa a qualidade da programação cultural nem a questão que levantou se prende com qualquer tipo de provincianismo, como o vereador Miguel Bandeira pretendeu fazer crer. Aliás, a postura do Executivo de privilegiar empresas exteriores ao concelho, neste e em inúmeros ajustes directos, é que poderá ser classificada, no mínimo, como provinciana.

Com a classificação de “não assunto”, Lídia Dias pretendeu retirar da agenda a discussão desta matéria e, assim, evitar que sejam divulgadas outras vertentes da questão.

Mas convém que a população saiba que através do contrato-programa celebrado com a InvestBraga, a Câmara se comprometeu a transferir para esta empresa municipal 32 mil euros (mais IVA), exclusivamente para “a realização da Feira do Livro e, designadamente, o seu programa cultural”.

Em sede de comissão especializada, a Vereadora quando confrontada com este facto disse não estar por dentro do assunto, logo não poder responder. Também se impõe dizer que mais tarde a Câmara adjudicou à empresa Booktailors a programação do mesmo evento pelo montante de 34.800 euros (mais IVA).

Esta duplicação de verbas para a mesma realização já tinha ocorrido no ano anterior e configura, no mínimo, um financiamento encapotado à InvestBraga, financiamento que, além do mais, ludibria o próprio Tribunal de Contas.

Mas há mais: além das verbas referidas, o programa da Feira “absorveu” ainda mais 14 mil euros (mais IVA). Tal consubstanciou-se, através de outra adjudicação destinada à realização da iniciativa “Conta-me histórias”, também ela parte integrante da Feira do Livro.

São estas e, eventualmente, outras questões que a coligação PSD/CDS pretende escamotear da análise e discussão da vereação, certamente com a convicção de assim evitar que as suas trapalhadas cheguem ao conhecimento da opinião pública. Mas podem os bracarenses ficar com a certeza que os eleitos do Partido Socialistas tudo farão para continuar a denunciar os erros, os incumprimentos e as embrulhadas que cada vez mais constituem a marca identitária da coligação de direita, tal a frequência com que neles se envolve.